

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A proposta de Orçamento do Estado para 2018, incluindo o Relatório e a Nota Explicativa do Ministério da Cultura, não especifica quais os investimentos previstos pelo Governo, em 2018, para a preservação do património cultural da região algarvia.

Assim, hoje, numa audição realizada no âmbito do debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2018, o Grupo Parlamentar do PCP questionou do Ministro da Cultura sobre três casos de património cultural da região algarvia que carecem de intervenção urgente:

- Em Silves, as Muralhas da Almedina, monumento nacional desde 2012, apresentam sinais graves de degradação e de risco iminente de ruína ou derrocada, carecendo de obras urgentes de restauro e conservação;
- No concelho de Aljezur, o Ribat da Arrifana, classificado como monumento nacional em 2013, está ao abandono, sendo necessário dar continuidade aos trabalhos arqueológicos e proceder à musealização do espaço.
- No concelho de Tavira, parte considerável dos vestígios arqueológicos da antiga cidade romana de Balsa foi obliterada por atividades agrícolas, terraplanagens e ocupação urbanística do solo; em julho de 2017, a Assembleia da República aprovou um Projeto de Resolução do PCP que recomendava ao Governo a preservação deste património arqueológico, designadamente promovendo a prospeção sistemática, a escavação de vestígios arqueológicos e a conservação do espólio exumado.

Relativamente às necessárias e urgentes intervenções nas Muralhas da Almedina de Silves, no Ribat da Arrifana e na Balsa de Tavira, o Grupo Parlamentar do PCP perguntou que verbas serão disponibilizadas para esse fim pelo Orçamento do Estado para 2018.

Embora, na sua resposta, o Ministro da Cultura tenha reconhecido a necessidade de preservar este importante património cultural e se tenha referido, de forma genérica, às intervenções previstas, não especificou quais verbas constantes no Orçamento do Estado para essas intervenções.

O Grupo Parlamentar do PCP também questionou o Ministro da Cultura sobre o reforço do financiamento da Orquestra Clássica do Sul. Esta Orquestra, que desenvolve uma atividade de reconhecida qualidade, alargou substancialmente, há quatro anos, o seu âmbito territorial, passando a abranger também o Alentejo. Apesar deste alargamento, o seu financiamento, por parte do Ministério da Cultura, não aumentou. Tal circunstância traduz-se numa redução da capacidade artística da Orquestra Clássica do Sul e em sérios constrangimentos ao desenvolvimento do seu projeto artístico.

Em resposta à pergunta do PCP, o Secretário de Estado da Cultura não fez qualquer menção, direta ou indireta, a um reforço do financiamento da Orquestra Clássica do Sul.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Cultura, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Que verbas serão disponibilizadas, pelo Orçamento do Estado para 2018, para o restauro e conservação das Muralhas da Almedina de Silves?
2. Que verbas serão disponibilizadas, pelo Orçamento do Estado para 2018, para a continuação dos trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana e musealização do espaço?
3. Que verbas serão disponibilizadas, pelo Orçamento do Estado para 2018, para dar cumprimento a uma Resolução da Assembleia da República, resultante da aprovação de um Projeto de Resolução do PCP, que recomenda ao Governo que promova a prospeção sistemática, a escavação de vestígios arqueológicos e a conservação do espólio exumado da antiga cidade romana de Balsa?
4. Prevê o Orçamento do Estado para 2018 um reforço do financiamento da Orquestra Clássica do Sul? Em caso afirmativo, de quanto será esse reforço?

Palácio de São Bento, 7 de novembro de 2017

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)